



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL DE SÃO SEB PARAÍSO

Município: SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Especial

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIP DE SAUDE E ACAO SOCIAL DE SAO SEB PARAISO

CPF/CNPJ: 15.595.397/0001-89

Município/UF: SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIP DE SAUDE E ACAO SOCIAL DE SAO SEB PARAISO

CPF/CNPJ: 15.595.397/0001-89

Município/UF: SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG

Demandante: Ministério Público Estadual

Forma: Direta

Objeto: Recurso financeiro

Abrangência: janeiro/2014 a dezembro/2014

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	03/05/2019	19/06/2019
Execução - In loco	25/06/2019	28/06/2019
Relatório	01/07/2019	15/07/2019

Tarefa Nº: 95670

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

ADRIANA ROGERI FRANCO

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

Exercício: 11/07/2014 a 09/11/2014

DULCINEA DE FREITAS BARROSO

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

Exercício: 02/01/2013 a 10/07/2014

DULCINEA DE FREITAS BARROSO

Cargo: Secretária Municipal de Saúde

Exercício: 10/11/2014 a 06/03/2016

Auditoria nº 576



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL DE SÃO SEB PARAÍSO - FMS SÃO SEBASTIAO DO PARAISO

WANDILSON APARECIDO BICEGO

Cargo: Secretário Municipal de Saúde

Exercício: Desde 22/11/2016

III - INTRODUÇÃO

FATOR DESENCADEANTE

Programação de auditoria especial na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de São Sebastião do Paraíso/MG, em atendimento à demanda da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Sebastião do Paraíso, encaminhada por meio do Ofício nº 368/2019-MA, de 22/03/2019.

OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA

A auditoria teve como o objetivo verificar a regularidade na compra de Lancetas pelo município de São Sebastião do Paraíso no exercício de 2014, em relação a como foi realizado o processo licitatório e o planejamento para a aquisição, se quantidade comprada foi compatível com a real necessidade.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AUDITORIA

O município de São Sebastião do Paraíso localiza-se na Região de Saúde de São Sebastião do Paraíso e na Região Ampliada de Saúde Sul. Possui uma área territorial de 814,93 km², população estimada em 2016 de 70.066 habitantes sendo 59.953 população urbana e 5.027 população rural. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) deste município é de 0,722 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/2010). A Atenção Primária à Saúde possui 18 equipes de Estratégia Saúde da Família cadastradas (2018), representando uma cobertura populacional de 77%, considerando o parâmetro de 3.000 habitantes/equipe. O município conta com uma Farmácia Básica Municipal - CNES 6578799, situada no centro e uma farmácia satélite localizada no bairro Vila Formosa. A partir do ano de 2017, o município de São Sebastião do Paraíso aderiu à gestão do Componente Básico da Assistência Farmacêutica Totalmente Centralizada no Município (TCM), quando o município se tornou o gestor dos recursos municipal, estadual e federal com relação a medicamentos. A Farmácia Básica Municipal é o local de referência para dispensação de lancetas para os pacientes com a patologia de diabetes tipo I e II, mediante apresentação de prescrição médica e para as unidades de saúde, conforme solicitações e necessidade destas.

Fontes de informações: <http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/sala-de-situacao-municipal> (acesso em 03/07/2019).

<http://www.saude.mg.gov.br/farmaciadetodos> (acesso em 05/07/2019) <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp> (acesso em 10/06/2019)

IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA

Para subsidiar a fase operativa da auditoria foram analisados os documentos que compõem o processo desta auditoria (SIGED nº 1320.01.0046515/2019-55);

E realizada consulta às legislações vigentes com relação à aquisição de lancetas no exercício de 2014:

- Portaria MS/GM Nº 2.583, de 10/10/2007 que define elenco de medicamentos e insumos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, nos termos da Lei nº 11.347, de 2006, aos usuários portadores de diabetes mellitus;

Auditoria nº 576



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Deliberação CIB/SUS nº 1.610/2013 de 10/10/2013;
- Lei nº 11.347/2006 que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos;
- Lei 8.666/93 que Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Lei 10.520/2002 que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada "Pregão", para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

FASE OPERATIVA DA AUDITORIA

A auditoria operativa foi realizada no período de 25 a 28 de junho de 2019. A equipe de auditores apresentou-se na SMS de São Sebastião do Paraíso, às 15h00 do dia 25/06/2019 e realizou uma reunião com o Gestor Municipal de Saúde, visando explicar o objetivo da auditoria e conferir a documentação solicitada, por meio do Ofício SES/SUBREG-SMACSS-DAA Nº 413/2019, de 07 de junho de 2019 (Comunicação de Auditoria). Parte das atividades da fase operativa ocorreram na sede da Prefeitura Municipal, nos dias 26 e 27/06/2019 e consistiram na avaliação dos documentos previamente solicitados pela equipe de auditoria: Processo licitatório – Pregão Presencial nº033/2014; Processos de Pagamento referentes a este pregão, extratos bancários referente aos pagamentos efetuados e realização de oitiva com o Gerente de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso M.M.S.

No dia 27/06/2019, foi realizada auditoria na Farmácia Básica Municipal para fins de verificação de como foi efetuada o planejamento de aquisição de lancetas para o ano de 2014 e se havia registro de sua entrega, quando foram entregues documentação relacionada a este fim e realizada oitiva com a Farmacêutica coordenadora da Farmácia Básica Municipal L. P. L.C.

A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu na SMS, no dia 28/06/2019, às 9h00min e contou com a presença da equipe de auditores e da servidora designada pelo Secretário Municipal de Saúde E.R.L.

LIMITAÇÕES Não
houve.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Assistência Farmacêutica

Constatação Nº: 578039

Subgrupo: Assistência Farmacêutica Básica

Item: Aquisição de medicamentos

Constatação: O planejamento para aquisição de lancetas pelo município de São Sebastião do Paraíso no ano de 2014 não considerou dados de consumo e demanda do referido produto.

Evidência: Constatou-se que o planejamento para aquisição de lancetas no ano de 2014 não considerou dados de consumo e demanda do referido produto. Por erro de descrição da lanceta durante a realização do processo licitatório, no ano de 2013 não houve aquisição deste insumo, não existindo, portanto dados de consumo disponíveis para análise da equipe de auditores. De acordo com o Relatório de Consolidado de Triagem Terapêutica, emitido pelo SIGAF (Sistema Integrado de Gerenciamento de Assistência Farmacêutica), no período de 01/02/2013 a 31/12/2013, havia 257 pacientes cadastrados como portadores de diabetes tipo I e 1.444 pacientes com diabetes tipo II, totalizando 1.701 pacientes. Ressalta-se que nem todos os pacientes portadores desta patologia necessitam medir diariamente a glicose por meio de tiras reagentes de glicemia e uso de lancetas. De acordo com as diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes, esse automonitoramento é preconizado para portadores de diabetes tipo I e para os que fazem uso de insulina do tipo II, mediante prescrição médica. Nota-se que no ano de 2017, havia



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



934 pacientes com diabetes cadastrados no município, o que torna os 1.701 pacientes cadastrados em 2014 um dado questionável. Realizadas essas observações, considerando uma média de uso de 04 lancetas por dia (principalmente em situações especiais como gestação e outras doenças intercorrentes quando o uso de lanceta é aumentado), os 1.701 pacientes que estavam cadastrados no sistema VIVER demandariam em 30 dias 204.120 unidades de lancetas e 2.449.440 unidades no período de 01 ano (12.247,20 caixas). Para o ano de 2014, a SMS planejou a aquisição de 10.200.000 unidades de lancetas (51.000 caixas). No mesmo ano, após realização do Pregão Presencial nº 033/2014, foi adquirida da empresa Nacional Comercial Hospitalar Ltda., vencedora do certame, a quantidade de 980.000 lancetas (4.900 caixas). De acordo como o Relatório Mensal de Produtos Dispensados do sistema Viver (da Prefeitura Municipal), foi possível constatar o registro no sistema do seguinte consumo de lancetas:

Ano Lancetas consumidas

2015 23.400 (117 caixas) 2016

31.750 (158 caixas) jan/2017

2.300 (11,5 caixas) Total:

57.450 (286,5 caixas)

Em 2017, de acordo com os registros, percebendo que o vencimento das lancetas estava próximo, a farmacêutica L.P.L.C. informou ao Secretário Municipal de Saúde que ainda havia em estoque 507.000 lancetas. Então, foi realizada doação de 111.300 unidades de lancetas aos municípios vizinhos e desprezadas, devido por perda de validade, 251.500 unidades de lancetas. Não foi encontrado registro de saída, dispensação ou doação de 559.750 unidades de lancetas. Portanto, baseado neste levantamento, a quantidade de 51.000 caixas de lancetas com 200 unidades cada, planejada para o Pregão Presencial nº 033/2014 foi superior ao número de pacientes cadastrados e ao consumo nos anos 2014, 2015, 2016 e 2017. Tal fato está em desacordo com a PRC GM/MS nº 2/2017, Anexo I do Anexo XXVII - Política Nacional de Medicamentos, item 3.3, 4.2 e 5.4 e Manual de Assistência Farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para a sua organização/MS, 2ª edição, Brasília: Ministério da Saúde, 2006 item 5.2.4.

Fonte da Evidência: Relatório de Consolidado Triagem Terapêutica do período de 01/02/2013 a 31/12/2013 do SIGAF emitido em 27/06/2019; Ofício nº 026/FBM/UM/CENTRO de 15/02/2017; Relatórios Mensais de Produtos Dispensados (lancetas) nos anos de 2015, 2016 e 2017 do sistema VIVER; Liberação eletrônica de RIMS-2014 de 14/03/2014; Nota de Empenho nº 09208; Nota Fiscal nº 248.304 emitida em 22/08/2014; Nota Fiscal nº 251.112 emitida em 09/09/2014; Nota Fiscal nº 251.005 emitida em 09/09/2014; Nota Fiscal nº 248.925 emitida em 27/08/2014; Ofício nº 122/17-FBM/UM/CENTRO de 27/10/2017; Ofício nº 013/17-FBM/UM/CENTRO de 24/01/2017; Ofício nº 017/17-FBM/UM/CENTRO de 24/01/2017; Termo de Declaração da farmacêutica coordenadora da Farmácia Básica Municipal L.P.L.C. colhido em 27/06/2019; Relatório de Saídas de Produtos do sistema VIVER emitido em 27/06/2019.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício nº 001/2019, de 28/10/2019, a Sra. Dulcinéia de Freitas Barroso (Pessoa Física) apresentou a seguinte justificativa: Planejamento para aquisição de lancetas pelo município de São Sebastião do Paraíso no ano de 2014 não considerou dados de consumo e demanda do referido produto: a abertura do processo licitatório deveria ter sido executado em unidades, mas por equívoco foi realizado em caixas, o que gerou um número elevado de lancetas. Como os próprios auditores relatam os 1701 pacientes cadastrados no Viver consumiriam até 2.449.440 unidades no período de 01 ano (12.247,2 caixas). Em 2017, esse cadastro estava em 934 pacientes, a quantidade anual máxima consumida seria 1.344.960. O município adquiriu 980.000 lancetas, como os próprios auditores constataram. Assim, verifica-se que, mesmo considerando uma quantidade menor de pacientes (934), a quantidade que de fato foi adquirida ainda é inferior ao planejamento anual. É preciso ponderar que além da distribuição aos pacientes, também eram utilizadas lancetas nas Unidades de Saúde da Família -USF e na UPA - Unidade de Pronto Atendimento. Devido ao tempo transcorrido e não trabalhar mais no município, não consigo me recordar dos detalhes das doações e descartes, sugiro sejam respondidos pela farmacêutica responsável à época.

Auditoria nº 576



2- Por meio do Ofício nº 003/19, de 21/10/2019, a Sra. Geovana Bonfante Pereira (Pessoa Física) apresentou a seguinte justificativa: Com meus cumprimentos, em resposta ao processo de auditoria nº130.01.0046515/2019-55, constatação nº578039, eu, Geovana Bonfante Pereira, cargo farmacêutica, CPF: 948.709.186-68, contratada pela Prefeitura a partir de dezembro de 1999, assumindo a coordenação da Farmácia Básica Central, efetivando-se em 02 de maio de 2005, saindo de licença maternidade em agosto de 2016 e retornando em janeiro de 2017, à trabalho na Farmácia Unidade da Vila Formosa, informo, conforme documentos e anexos enumerados de 01 a 78:

O planejamento para a aquisição de lancetas referente ao ano de 2014 foi baseado nas planilhas enviadas pelas Unidades de Saúde, Ambulatório e Pronto Atendimento. As Unidades de Saúde tinham a lista dos pacientes portadores de diabetes tipo II insulino dependentes, e o Ambulatório diabetes tipo I e Zona rural. O cadastro dos pacientes de hipertensão e diabetes era feito pelo questionário de triagem, a Unidade/ Ambulatório preenchia esse questionário (anexo I), e encaminhava à Farmácia Central para ser lançado no SIGAF (Sistema de Gerenciamento da Assistência Farmacêutica). Documentações acima foram solicitadas por meio de ofício ao Secretário de Saúde e à Coordenadora da Farmácia Básica atual (anexo II).

Foi mencionada na Constatação acima que, no período de 01/02/2013 à 31/12/2013, havia 257 pacientes cadastrados como portadores de diabetes tipo I e 1.444 pacientes com diabetes tipo II, totalizando 1701 pacientes. Mas destes, 1444 pacientes com diabetes tipo II, estavam incluídos os pacientes que faziam uso de medicação via oral e os pacientes em insulino terapia, o SIGAF era alimentado de informação tanto de hipertensos quanto de diabéticos, porque a Secretaria Estadual de Saúde de Minas fornecia trimestralmente não somente os insumos, mas também medicamentos para hipertensão e diabetes, baseados no cadastro destes pacientes (Deliberação CIB-SUS/MG nº256, de 11 de abril de 2006; SIGAF anexo III).

Com o passar dos anos, a tendência desse número era aumentar e não diminuir, se olharmos para um outro sistema SIAB (Sistema Integrado da Atenção Básica), em 2014, tinham no Município de São Sebastião do Paraíso, 2923 pacientes cadastrados para acompanhamento de diabetes (dados fornecidos pela Coordenação das Unidades de Saúde da Família).

No período de 01/01/2013 à 31/12/2013, o SIGAF me informa através dos links FARMÁCIA ---ATENDIMENTO---

QUESTIONÁRIO DE TRIAGEM, (anexo IV) que tínhamos cadastrados 239 pacientes diabéticos tipo I e 976 diabéticos tipo II insulino terapia, totalizando 1462 pacientes diabéticos tipo II (486 pacientes diabéticos tipo II em uso de medicamentos via oral), então tínhamos nesse período, cadastrados 1701 pacientes diabéticos no município.

De acordo com a Deliberação CIB-SUS/MG nº670, de 19 de maio de 2010 (anexo V), o diabético tipo I receberia 3 tiras/dia, diabéticos tipo II insulino terapia 1 tira/dia.

Cálculo:

Diabéticos tipo I

$239 \times 3 = 717/\text{dia}$ 1 mês: 21.510 lancetas

3 meses: 64.530 unidades lancetas

Diabéticos tipo II insulino terapia

$976 \times 1 = 976/\text{dia}$ 1 mês: 29.280 lancetas

3 meses: 87.840 unidades de lancetas

Importante lembrar que, as planilhas dos diabéticos tipo II em insulino terapia eram encaminhadas trimestralmente para a Farmácia Central, já que, eles recebiam a cada três meses 100 unidades de lancetas com 100 unidades de tiras. A planilha dos diabéticos tipo I era encaminhada à Farmácia Central mensalmente, já que esses usavam 100 unidades de lancetas e 100 unidades de tiras/mês.

A distribuição desses kits (lancetas + tiras) acontecia nas Unidades de Saúde pela enfermeira responsável durante o grupo de diabéticos, o recibo de entrega do kit era feito em duas vias (uma em arquivo na farmácia e outra com o paciente). No Ambulatório acontecia de maneira semelhante com a enfermeira responsável.

Continuando o cálculo:

Anualmente: 258.120 unidades de lancetas diabéticos tipo I + 351.360 unidades de lancetas diabéticos tipo II insulino terapia = 609.480 unidades de lancetas.

Para o ano de 2014, planejei 5.100 caixas contendo 100 unidades em cada caixa e não 51.000 caixas.

Auditoria nº 576



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Cópia do planejamento deixado por mim nos arquivos da Farmácia Central foram extintos, tendo vista que, após término da minha licença maternidade não retornei mais a este setor (anexo II), do mesmo modo que as cópias das repartições do setor de Comprar de Saúde e Setor de Compras da Prefeitura, também foram extintas. (Solicitações ao planejamento e respostas à extinção do documento, anexo VI).

Em julho de 2014, foi solicitado 4.900 cx de lancetas. A ordem de fornecimento nº8.546/14 mostra o item citado (anexo VII). Foi discutido na época o cancelamento desta ordem de fornecimento, pois seria caixa com 100 unidades e não com 200 unidades, totalizando 980.000 unidades de lancetas. Contudo, para que isso ocorresse, seria necessário um novo processo licitatório, fato que não seria interessante ao município devido aos gastos com publicação de editais e nem mesmo justo para com a empresa vencedora do certame. Diante disso, foi decidido manter o processo licitatório, porém adquirir somente 4.900 caixas conforme ordem de fornecimento nº8546/14 a qual segue cópia no anexo VII.

De acordo com a Deliberação CIB-SUS/MG nº256, de 11 de abril de 2006 (anexo III), a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais tinha o dever de fazer quatro (4) distribuições anuais de insumos para diabéticos.

2014: não consta nenhuma distribuição

2015: uma (1) distribuição, nº301358/15, data: 09/01/2015, quantidade de tiras: 2400 cx tiras com 50 unidades, ou seja, 120.000 unidades de tiras para serem consumidas em três meses = 120.000 unidades de lancetas consumidas em três meses.

2016: uma (1) distribuição, nº 395.492/16, data: 27/04/2016, quantidade de tiras: 1.819 cx tiras com 50 unidades, ou seja, 90.950 unidades de tiras para serem consumidas em três meses = 90.950 unidades de lancetas consumidas em três meses.

2017: janeiro teve a primeira distribuição nº 456395/17, data: 17/01/2017, quantidade de tiras: 1478 cx tiras com 50 unidades, ou seja, 73.900 unidades de lancetas consumidas em três meses.

Anexo VIII: confirma que no ano de 2015, tínhamos 937 pacientes em insulinoterapia, no ano de 2016, tínhamos 1.047 pacientes em insulinoterapia com as quantidades de tiras fornecidas pelo Estado.

Diante desses dados, se o Estado disponibilizasse as tiras de medidas de glicemia para os pacientes em insulinoterapia cumprindo o cronograma de destruições, as lancetas teriam sido consumidas, sem desperdício das mesmas. Tal fato é imprevisível para o município, pois o Estado nunca comunica sobre o não fornecimento das tiras, ou mesmo se haverá possibilidade de falta no fornecimento das mesmas, obrigando ao município a efetuar a compra de acordo com cronograma disposto pelo próprio Estado.

Conseguí um documento emitido pela Promotora Manuella de Oliveira Nunes Maranhão Ayres Ferreira, do município de São Sebastião do Paraíso, onde pode ser visto o problema citado acima (anexo IX).

Resultado final se tivéssemos as quatro distribuições anuais:

2015: 120.000/ 3 meses; anual: 480.000 unidades de lancetas

2016: 90.950/ 3 meses; anual: 363.800 unidades de lancetas

2017: janeiro - 73.900/ 3 meses (janeiro à março)

Percebe-se que em 2016, a quantidades de tiras fornecidas já não correspondia ao número de pacientes insulinoterapia. O saldo total de tiras programado pelo Estado variava muito nas quantidades.

Compradas: 980.000 lancetas (2014)

Consumidas 2015, 2016 e janeiro 2017: 917.700 unidades de lancetas com pacientes em insulinoterapia.

De acordo com Relatório Mensal de Produtos Dispensados do Sistema Viver e constatação nº578039 foram consumidas: 2015: 23.400 lancetas (destinada ao Pronto Atendimento, Ambulatório, USFs para uso interno, ou seja, paciente antes de entrar em uma consulta médica, fazia a triagem do exame de glicemia)

2016: 31.750 lancetas (destinada ao Pronto Atendimento, Ambulatório, USFs para uso interno, ou seja, paciente antes de entrar em uma consulta médica, fazia a triagem do exame de glicemia)

2017: janeiro: 2.300 lancetas, como mencionado acima 73.900 tiras forma recebidas neste mês, teria de ter consumidas 73.900 + 2.300 lancetas no mês de janeiro 2017.

Relato que em 2014 tivemos dispensação de lancetas, a qual não foi registrada no relatório de auditoria referente à constatação nº 578039: 73.400 unidades de lancetas (anexo X).

De 2014 à janeiro de 2017 foram gastas 130.850 lancetas (para uso interno Pronto Socorro, Ambulatório e USFs).

Total de lancetas consumidas: 917.700 + 130.850 = 1.048.550 lancetas

Auditoria nº 576



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Finalizando, com as distribuições de tiras do Estado em dia, não iríamos ter desperdício de lancetas por validade de prazo. Ressalto novamente, que não temos domínio e nem informação do Estado sobre a falta ou não entrega das tiras, obrigando-nos a comprar as lancetas de acordo com o cronograma que o Estado repassa aos municípios.

Reafirmo que não foi planejado 51.000 cx de lancetas e sim 5.100 cx de lancetas, um erro de digitação, que foi corrigido quando fizemos apenas a compra de 4.900 cx. Porém, conforme já relatado e conforme documentos comprobatórios anexados, não foi possível ter acesso aos meus pedidos, recibos das lancetas pelos pacientes, planejamento e outros documentos, visto que a Secretaria Municipal de Saúde considerou desnecessário manter esses arquivos.

É oportuno destacar o fato curioso de que foi feita uma Emissão de Requisição (RIMS) inicial em fevereiro de 2017 para comprar de lancetas e o mesmo processo licitatório somente foi homologado em julho, após o vencimento das lancetas (Anexo XI).

Diante dos apontamentos elencados, solicita-se a conformidade dos fatos apontados pela Assessoria de Auditoria Assistencial do SUS-MG, em relação à responsável Geovana Bonfante Pereira.

3- Por meio do Ofício nº 678/2019, de 24/10/2019, o Sr. Wandilson Aparecido Bicego (representante legal da Pessoa Jurídica) apresentou a seguinte justificativa: Embora tal fato não ocorreu durante o tempo em que estou nomeado como Secretário de Saúde, os servidores que trabalharam na época relataram que houve um erro no planejamento de compra para abertura do processo licitatório. O pedido deveria ter sido em unidades, mas erroneamente foi transformado em caixas, o que gerou um número elevado de lancetas, na abertura do processo licitatório. Como os próprios auditores relatam, os 1701 pacientes cadastrados no Viver consumiriam até 2.449.440 unidades no período de um ano (12.427,2 caixas). Entretanto, os mesmos também relatam que em 2017, esse cadastro estava em 934 pacientes, se aplicarmos uma regra de três, veremos que para 934 pacientes, a quantidade anual máxima seria 1.344.960. O município adquiriu 980.000 lancetas, como os próprios auditores constataram. Ou seja, mesmo considerando uma quantidade menor de pacientes (934), a quantidade que de fato foi adquirida ainda é inferior ao planejamento anual. É preciso ponderar que além da distribuição aos pacientes, também são utilizadas lancetas nas Unidades de Saúde da Família - USF e na UPA Unidades de Pronto Atendimento. Apesar disso, a quantidade adquirida em 2014 foi utilizada também em 2015, 2016 e 2017 e ainda sobraram lancetas que foram doadas e descartadas. Maiores esclarecimentos podem ser justificados pelos responsáveis à época.

Análise da Justificativa:

1 e 3 - Conforme justificativas encaminhadas, há um reconhecimento de que houve falhas no processo planejamento quando o pedido foi registrado em número de caixas e não em unidades de lancetas, o que teria levado ao planejamento inicial de um número superior de lancetas ao que era necessário no município.

2- A justificativa encaminhada ressalta que não houve planejamento de 51.000 caixas, e sim 5.100 caixas, porém a farmacêutica não possui documentação comprobatória do planejamento que foi encaminhado ao setor de compras do município de São Sebastião do Paraíso.

Diante disso, entende-se que é preocupante a ausência da documentação comprobatória do planejamento da compra de lancetas em 2013 e desorganização do arquivo municipal, comprovada pelas fotos encaminhadas. O único registro encontrado que comprova o planejamento realizado está na RIMs (51.000 caixas). Mesmo assim, pode-se considerar que tenha sido um erro de digitação, já que a compra realizada foi de 4.900 caixas em uma única vez. Apesar dos sucessivos erros organizacionais graves (erro de digitação e falta de arquivo), a profissional farmacêutica responsável à época demonstrou empenho na apresentação de justificativas que confirmassem conhecimento do processo de planejamento, que deveria ter sido comprovado à equipe no momento da auditoria. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa:

Parcialmente

Recomendação:

Priorizar o planejamento para que as aquisições de medicamentos e insumos sejam suficientes para a demanda,

Auditoria nº 576



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



evitando faltas e desperdício, conforme o previsto na PRC GM/MS nº 2/2017, Anexo I do Anexo XXVII - Política Nacional de Medicamentos, item 3.3, 4.2 e 5.4 e Manual de Assistência Farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para a sua organização/MS, 2ª edição, Brasília: Ministério da Saúde, 2006 item 5.2.4.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIP DE SAUDE E ACAO SOCIAL DE SAO SEB PARAISO - FMS SAO SEBASTIAO DO PARAISO	15.595.397/0001-89

Recomendação: Arquivar a documentação pertencente à Farmácia Municipal, seguindo Procedimento Operacional Padrão, conforme preconiza o item 5.5.9.5 do Manual de Assistência Farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para a sua organização/MS, 2ª edição, Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIP DE SAUDE E ACAO SOCIAL DE SAO SEB PARAISO - FMS SAO SEBASTIAO DO PARAISO	15.595.397/0001-89

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 578040

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: O Pregão presencial nº 033/2014 se encontra devidamente instruído e regular conforme legislação aplicável.

Evidência: Verificou-se que o Pregão presencial nº 033/2014 se encontra devidamente instruído e regular quanto à adequada instrução processual, com páginas numeradas e rubricadas, constando a documentação exigida pela legislação. No Edital, há previsão de critérios para aquisição de medicamento/insumos com prazo de validade superior a 06 meses, exigindo dos fornecedores Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produtos, emitidos pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Tal fato está de acordo com a Lei nº 10.520/2002 art. 3º, art. 4º inciso I, II, VI, V, X, XII, XIII, XV, XVIII, XXI, XXII e art. 6º e Decreto Federal nº 3.555/2000 art. 21, inciso XI.

Fonte da Evidência: Processo Pregão presencial nº 033/2014.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 578041

Subgrupo: Contrato

Item: Aquisição de Materiais e equipamentos (licitação)

Constatação: Não foi formalizado contrato para aquisição de lancetas com a empresa Nacional Comercial Hospitalar Ltda.,

Auditoria nº 576



vencedora do Pregão Presencial nº 033/2014.

Evidência:

Em análise documental, constatou-se que não foi formalizado contrato para aquisição de lancetas. Inicialmente, foram solicitadas 10.200.000 unidades de lancetas (51.000 caixas) pela Secretaria Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso, na liberação eletrônica de RIMS (Requisição Interna de Materiais e Serviços) do processo licitatório. Foi lavrada a Ata de Registro de Preços e para que aquisição se realizasse, em vez de celebrar contrato com a licitante vencedora, empresa Nacional Comercial Hospitalar Ltda., a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso emitiu a Nota de Empenho nº 09208, pela qual foram adquiridas 980.000 unidades (4.900 caixas com 200 unidades cada) no valor de R\$ 298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil reais). A entrega do produto foi parcelada da seguinte forma: Nota Fiscal nº 248.304 emitida em 22/08/2014 no valor de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais) referente a 20.000 unidades de lancetas; Nota Fiscal nº 251.112 emitida em 09/09/2014, no valor de R\$34.770,00 (trinta e quatro mil setecentos e setenta reais) referente a 114.000 unidades de lancetas; Nota Fiscal nº 251.005 emitida em 09/09/2014 no valor de R\$197.030,00 (cento e noventa e sete mil e trinta reais) referente a 646.000 unidades de lancetas e Nota Fiscal nº 248.925 emitida em 27/08/2014 no valor de R\$61.000,00 (sessenta e um mil reais) referente a 200.000 unidades de lancetas. Tal fato está em desacordo com a Lei 10.520/2002, art. 4º, inciso XXII e Edital de Licitação do Pregão Presencial nº 033/2014 Capítulo XII CONDIÇÕES CONTRATUAIS, item 12.1 e Ata de Registro de Preço 07-DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO item I.

Fonte da Evidência:

Liberação eletrônica de RIMS -2014 de 14/03/2014; Nota de Empenho nº 09208 datada de 21/07/2014; Nota Fiscal nº 248.304 emitida em 22/08/2014; Nota Fiscal nº 251.112 emitida em 09/09/2014; Nota Fiscal nº 251.005 emitida em 09/09/2014 e Nota Fiscal nº 248.925 emitida em 27/08/2014.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício nº001/2019 de 28/10/2019, a Sra. Dulcinéia de Freitas Barroso (Pessoa Física) apresentou a

seguinte justificativa: Aquisição de materiais e equipamentos (licitação): Não foi formalizado contrato para aquisição de lancetas com empresa Nacional Comercial Hospitalar Ltda., vencedora do Pregão Presencial nº 033/2014: Embora não tenha sido formalizado contrato, a ata de registro de preço foi apresentada aos auditores, tanto que foi citada na constatação. Sobre a dispensa do contrato temos:

A obrigação e desobrigação de utilizar o documento denominado termo de contrato está no art. 62 de Lei 8.666/93, o qual convém reproduzir:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidade cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1º A multa do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório de licitação.

§2º Em carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

[...]

§4º É dispensável o termo de contrato e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

(sublinhamos)

A questão é de tal modo atual que a novel disciplina do Sistema de Registro de Preços, Decreto 7.892/2013, reforçou a possibilidade de contratação de fornecedores por outros instrumentos que não o termo de contrato, conforme previsto em seu artigo 15.1.

Diante do exposto, fica claro que não há irregularidade quanto a não formalização contratual. Em relação à entrega parcelada, verifica-se uma diferença de 12 dias entre as datas de emissão de uma nota fiscal e outra, o que por si só não pode ser evidência suficiente da data da entrega dos produtos, nem tampouco da diferença temporal entre uma entrega e outra. A entrega dos



itens era feita diretamente na farmácia municipal, não houve queixa de descumprimento de contrato e muito menos desassistência aos pacientes que necessitavam de lanceta.

2- Por meio do Ofício nº004/2019 de 23/10/2019, a Sra. Adriana Rogeri Franco (Pessoa Física) apresentou a seguinte justificativa: Embora não foi formalizado contrato, a ata de registro de preço foi apresentada aos auditores, tanto que foi citada na constatação. Sobre a dispensa do contrato temos:

A obrigação e a desobrigação de utilizar o documento denominado termo de contrato está no art. 62 da LEI Nº8.666/93, o qual convém reproduzir:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1º A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

§ 2º Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

[...]

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

(sublinhamos)

A questão é de tal modo atual que a novel disciplina do Sistema de Registro de Preços, Decreto 7.892/2013, reforçou a possibilidade de contratação de fornecedores por outros instrumentos que não o termo de contrato, conforme previsto em seu art. 15.

(fonte utilizada: <https://jus.com.br/artigos/25147/as-hipoteses-de-dispensa-do-termo-de-contrato> disponível em 23/10/19)

Diante do exposto, fica claro que não há irregularidade quanto à não formalização contratual.

Em relação à entrega parcelada, verifica-se uma diferença de 12 dias entre as datas de emissão de uma nota fiscal e outra, o que por si só não pode ser evidência suficiente da data de entrega dos produtos, nem tampouco da diferença temporal entre uma entrega e outra. A entrega dos itens era feita diretamente na farmácia municipal, e em nenhum momento, enquanto secretária, fui informada de descumprimento de contrato, o que posso afirmar é que não houve desassistência dos pacientes que necessitaram da lanceta.

3- Por meio do Ofício nº678/2019 de 24/10/2019, o sr. Wandilson Aparecido Bicego (representante legal da Pessoa Jurídica) apresentou a seguinte justificativa: Embora tal fato não ocorreu durante o tempo em que estou nomeado como Secretário de Saúde, as informações colhidas com os servidores que trabalharam na época são essas:

Embora não foi formalizado contrato, a ata de registro de preço foi apresentada aos auditores, tanto que foi citada na constatação. Sobre a dispensa do contrato temos:

A obrigação e a desobrigação de utilizar o documento denominado termo de contrato está no art. 62 da LLC, o qual convém reproduzir:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1º A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

§ 2º Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

[...]



§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

(sublinhamos)

A questão é de tal modo atual que a novel disciplina do Sistema de Registro de Preços, Decreto 7.892/2013, reforçou a possibilidade de contratação de fornecedores por outros instrumentos que não o termo de contrato, conforme previsto em seu art. 15.

Diante do exposto, fica claro que não há irregularidade quanto à não formalização contratual. Em relação à entrega parcelada, maiores informações devem ser prestadas pelos responsáveis à época.

Análise da Justificativa:

1,2 e 3 - As justificativas apresentadas discorrem sobre não obrigatoriedade de formalização de contrato para a aquisição de lancetas. Primeiramente, não se deve confundir Ata de Registro de Preço com Contrato, pois se trata de documentos com naturezas e finalidades distintas. A Ata de Registro de Preço é um documento de formalização de vínculo do licitante vencedor ao preço, com base nas quais as futuras contratações se formarão enquanto que o Contrato tem a finalidade de formalizar as obrigações jurídicas futuras. Com base no §4º do art. 62 da Lei 8.666/93 que diz: §4º - É dispensável o termo de contrato e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica. Esta não foi a realidade encontrada na compra efetuada pela Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, pois esta compra foi parcelada em três entregas em datas diversas: 22/08/2014, 27/08/2014 e 09/09/2014. Além disso, a ausência de contrato contrariou a Lei nº 10.520/2002, art. 4º, inciso XXII e os próprios documentos da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso do processo de licitação Edital de Licitação do Pregão Presencial nº 033/2014 Capítulo XII CONDIÇÕES CONTRATUAIS, item 12.1 e Ata de Registro de Preço 07-DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO item I. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado e subsequente comunicação do fato constatado ao Ministério Público de Minas Gerais em razão do disposto no art. 100 e 102 da Lei Federal nº 8666/1993 e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em razão do disposto no inciso XVI art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 e § 1º art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Adotar a prática de formalização de contrato para as futuras aquisições que forem fundamentadas em Pregões - Sistema Registro de Preço conforme previsto na Lei 10.520/2002, art. 4º, inciso XXII.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIP DE SAUDE E ACAO SOCIAL DE SAO SEB PARAISO - FMS SAO SEBASTIAO DO PARAISO	15.595.397/0001-89

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 578042

Subgrupo: Licitação

Item: Julgamento

Constatação: A empresa vencedora do certame foi a participante que apresentou a proposta mais vantajosa em relação ao menor preço.

Evidência: Constatou-se que houve um processo licitatório para aquisição de lancetas no ano de 2013, Pregão nº068/2013, porém a compra deste produto não foi efetivada em virtude da descrição inespecífica da lanceta no referido processo, era uma lanceta para lancetador, divergente da lanceta em Sistema T (que dispensa necessidade do lancetador), esta última de interesse da SMS de São Sebastião do Paraíso. Esta informação foi confirmada em verificação in loco na Farmácia Básica Municipal e está contida no Termo de Declaração da Farmacêutica responsável. No ano de 2014, foi realizado Pregão Presencial nº033/2014 para aquisição de lancetas, quando participaram três empresas fornecedoras: Help Farma Produtos Farmacêuticos Ltda. com proposta de R\$190,00 a caixa com 200 unidades de lancetas (R\$0,95 cada unidade de lanceta); Acácia Comércio de Medicamentos Ltda. cuja proposta foi de R\$8,4584 a caixa com 200 unidades de lancetas (R\$0,04 cada unidade de lanceta) e Nacional Comercial Hospitalar Ltda. com a proposta de R\$61,00 a caixa com 200 unidades de lancetas (R\$0,305 cada unidade de lanceta). Logo, a empresa classificada em primeiro lugar foi Acácia Comércio de Medicamentos Ltda. que ofereceu o menor preço, porém esta empresa foi desclassificada na etapa posterior em virtude da cotação incorreta do produto, produto este idêntico ao licitado incorretamente no Pregão nº 068/2013 (lanceta para lancetador). Dessa forma, a empresa vencedora do certame foi a Nacional Comercial Hospitalar Ltda. que ofereceu o menor preço do insumo requisitado, conforme preconizado pelo edital de licitação. Tal fato está de acordo com a Lei nº 8.666/93 art. 45, caput.

Fonte da Evidência: Termo de Declaração da Farmacêutica responsável pela Farmácia Básica Municipal L.P.L.C. colhido em 27/06/2019; Relatório de informações prestadas pelo Gerente de Compras e Licitações M.M.S. de 27/06/2019; Mapa de apuração analítico, propostas das empresas Help Farma Produtos Farmacêuticos Ltda., Acácia Comércio de Medicamentos Ltda. e Nacional Comercial Hospitalar Ltda. e Edital de Licitação do Pregão Presencial nº 033/2014.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 578043

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: O município adquiriu lancetas com valor abaixo dos preços correntes do mercado.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: Constatou-se que no ano de 2014 foi realizado Pregão Presencial nº 033/2014 para aquisição de lancetas. De acordo com o documento Variação dos Valores Praticados no Mercado, parte integrante do processo licitatório, o preço médio da unidade de lanceta foi de R\$0,4160. O município adquiriu lancetas da empresa Nacional Comercial Hospitalar Ltda. por R\$0,305 a unidade de lanceta, portanto, valor abaixo dos preços correntes do mercado. Verificou-se que na Relação de Produtos Selecionados por Fornecedor, documento anexo da Ata de Registro de Preço, consta o valor de R\$61,00 a caixa com 200 unidades de lancetas, que resulta em R\$0,305. Este mesmo valor está registrado também nos campos "valor unitário" das Notas Fiscais que compõe os processos de pagamento referentes a aquisição de lancetas. Tal fato está de acordo com a Lei nº 8.666/93 art. 43 inciso IV.

Fonte da Evidência: Variação dos Valores Praticados no Mercado do processo de compra de 2014, Relação de Produtos Selecionados por Fornecedor anexo da Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial nº033/2014, Nota de Empenho nº 09208 datada de 21/07/2014; Nota Fiscal nº 248.304 emitida em 22/08/2014; Nota Fiscal nº 251.112 emitida em 09/09/2014; Nota Fiscal nº 251.005 emitida em 09/09/2014 e Nota Fiscal nº 248.925 emitida em 27/08/2014.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 578044

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Movimentação financeira

Constatação: Pagamento realizado por meio de contas que não compõe o FMS.

Evidência: Verificou-se que parte dos pagamentos efetuados à empresa a Nacional Comercial Hospitalar Ltda. referentes à aquisição de 4.900 caixas de lancetas (980.000 unidades) no valor de R\$298.900,00 (duzentos e noventa e oito mil e novecentos reais) foram realizados por meio de contas bancárias que não compõe o Fundo Municipal de Saúde (FMS), mas com contas do Tesouro Municipal, do Banco do Brasil, agência 0408-1, como demonstrado a seguir: a Nota Fiscal nº 248.304 no valor R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais) foi paga com recursos das contas correntes nº 4.992-1 (PREF M S S PARAÍSO C DIV) e 4.980-8 (PREF M S S PARAÍSO F PART); a Nota Fiscal nº 251.112 no valor R\$ 34.770,00 (trinta e quatro mil setecentos e setenta reais) foi paga com recursos das contas correntes nº 4.980-8 (PREF M S S PARAÍSO F PART) e 4.992-1 (PREF M S S PARAÍSO C DIV) e a Nota Fiscal nº 251.005 no valor de R\$197.030,00 (cento e noventa e sete mil e trinta reais) foi paga com recursos das contas correntes nº 34.474-5 (PM SÃO S PARAÍSO - IPV) e 34.472-9 (PM SÃO S PARAÍSO ICS) e com recursos da conta nº 2003 do Banco Itaú. Tal fato está em desacordo com a LC nº141/2012, art. 2º Parágrafo Único.

Fonte da Evidência: Nota de Empenho nº 09208 datada de 21/07/2014;
Nota Fiscal nº 248.304 emitida em 22/08/2014, extrato bancário das contas correntes nºs 4.992-1(PREF M S S PARAÍSO C DIV) e 4.980-8 (PREF M S S PARAÍSO F PART) e comprovante de transferência bancária;
Nota Fiscal nº 251.112 emitida em 09/09/2014, extrato bancário das contas correntes nºs 4.980-8 (PREF M S S PARAÍSO F PART) e 4.992-1 (PREF M S S PARAÍSO C DIV) e comprovante de transferência bancária;
Nota Fiscal nº 251.005 emitida em 09/09/2014; extrato bancário das contas correntes nºs 34.474-5 (PM SÃO S PARAÍSO - IPV) e 34.472-9 (PM SÃO S PARAÍSO ICS) e conta nº 2003 do Banco Itaú e comprovante de transferência bancária.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1 - Por meio do Ofício nº004/2019 de 23/10/2019, a Sra. Adriana Rogeri Franco (Pessoa Física) apresentou a seguinte justificativa: Como Secretária de Saúde, não fui nomeada como ordenadora de despesas nem de pagamento. Essas funções eram realizadas pelo ex-prefeito. Em contato com o Gerente Financeiro (Tesoureiro do município), recebi a seguinte justificativa: Até 31/12/2016 todas as despesas empenhadas, tanto no Fundo Municipal de Saúde (FMS - 15% mínimo constitucional), quanto na educação (25% mínimo constitucional), e que não fossem pagas dentro do exercício corrente ao empenhamento e liquidação,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



elas eram inscritas em restos a pagar se tornando despesas extra orçamentárias, perdendo inclusive o vínculo no sistema. Neste caso, no momento em que esses empenhos fossem ser pagos, o recurso a ser utilizado deveria ser de utilização livre (FPM, ICMS, IPVA, etc) e fora da conta do Fundo uma vez que esses pagamentos não seriam mais computados como gastos em saúde/educação.

A partir do exercício de 2017, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais passou a ter o entendimento de que uma vez essas despesas que foram inscritas em restos a pagar, se tornando despesas extra orçamentárias e pagas nos exercícios posteriores, o pagamento das mesmas devem ser com recursos oriundo das contas dos Fundo Municipais (Saúde/ Educação), uma vez que essas despesas serão computadas nos gastos constitucionais de Saúde/ Educação.

2- Por meio do Ofício nº678/2019 de 24/10/2019, o sr. Wandilson Aparecido Bicego (representante legal da Pessoa Jurídica) apresentou a seguinte justificativa: Embora tal fato não ocorreu durante o tempo em que estou nomeado como Secretário de Saúde, em contato com o Gerente Financeiro (Tesoureiro do município), recebi a seguinte justificativa: Até 31/12/2016 todas as despesas empenhadas, tanto no Fundo Municipal de Saúde (FMS - 15% mínimo constitucional), quanto na educação (25% mínimo constitucional), e que não fossem pagas dentro do exercício corrente ao empenhamento e liquidação, elas eram inscritas em restos a pagar se tornando despesas extra orçamentárias, perdendo inclusive o vínculo no sistema. Neste caso, no momento em que esses empenhos fossem ser pagos, o recurso a ser utilizado deveria ser de utilização livre (FPM, ICMS, IPVA, etc) e fora da conta do Fundo uma vez que esses pagamentos não seriam mais computados como gastos em saúde/educação.

A partir do exercício de 2017, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais passou a ter o entendimento de que uma vez essas despesas que foram inscritas em restos a pagar, se tornando despesas extra orçamentárias e pagas nos exercícios posteriores, o pagamento das mesmas devem ser com recursos oriundo das contas dos Fundos Municipais (Saúde/ Educação), uma vez que essas despesas serão computadas nos gastos constitucionais de Saúde/ Educação.

Análise da Justificativa:

1 e 2 - As justificativas apresentadas contrapõe ao entendimento de que toda despesa do FMS deve ser executada com contas do próprio Fundo, respeitando as fontes orçamentárias previstas e constantes nos Empenhos. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado e subsequente comunicação do fato constatado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em razão do disposto no art. 13 Parágrafo Único da Instrução Normativa TCE e § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Acatamento da Justificativa: Não

Recomendação: Efetuar pagamentos das despesas do FMS apenas com contas que o componham, conforme o que preconiza a LC nº141/2012, art. 2º Parágrafo Único.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIP DE SAUDE E ACAO SOCIAL DE SAO SEB PARAISO - FMS SAO SEBASTIAO DO PARAISO	15.595.397/0001-89

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 578045

Subgrupo: Fundo de Saúde



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Item: Movimentação financeira

Constatação: Pagamento de lancetas com recurso do programa Saúde em Casa.

Evidência: Verificou-se que na Nota de Empenho nº 09208 foi prevista dotação orçamentária de recursos da Assistência Farmacêutica para aquisição de lancetas, porém a Nota Fiscal nº 248.925 no valor de R\$61.000,00 (sessenta e um mil reais) referente a 200 caixas de lancetas (200.000 unidades) foi paga com recurso da conta corrente nº 37.647-7, agência 0408-1 do Banco do Brasil do programa Saúde em Casa. Portanto, constatou-se o uso indevido dos recursos do programa Saúde em Casa com pagamento de lancetas incompatível com a dotação prevista no Empenho. Tal fato está em desacordo com a Resolução SES/MG nº 4215/2014 Capítulo II - Do processo de execução, art. 3º.

Fonte da Evidência: Nota de Empenho nº 09208 datada de 21/07/2014; Nota Fiscal nº 248.925 emitida em 27/08/2014, comprovante de transferência bancária de 17/11/2014 e extrato bancário.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio do Ofício nº 004/2019 de 23/10/2019, a Sra. Adriana Rogeri Franco (Pessoa Física) apresentou a seguinte

justificativa: Não houve desvio de finalidade dos recursos do Programa Saúde em Casa. Lancetas são utilizadas para o controle da glicemia/diabetes, função característica da atenção primária. Tanto é que a Deliberação CIB/SUS 737 de 07/12/10 (em anexo), em conformidade com a Resolução SES 1.935 de, e com a Lista Orientativa dos itens que podem ser adquiridos com Saúde em Casa (cópia em anexo), orientam a aplicação dos recursos.

Vejam os que diz a Del. CI/SUS 737:

Art. 2º O apoio financeiro de que trata o art. 1º desta Deliberação deverá ser investido na melhoria da Atenção Primária à Saúde, objetivando universalizar a oferta para a população SUS dependente e aprimorar a qualidade dos serviços de Atenção Primária, com ênfase em promoção, prevenção e assistência à saúde da família.

Art. 3º O incentivo de que trata esta Deliberação deverá ser utilizado na aquisição dos seguintes itens para a atenção primária:

I material permanente;

II material de consumo;

III medicamentos básicos;

IV construção, reforma e/ou ampliação de Unidades Básicas de Saúde em imóvel público, desde que respeitando as normas da resolução vigente que dispõe sobre o Programa Físico das Unidades Básicas de Saúde; V manutenção de equipamentos; VI ações educacionais.

§ 1º Os itens supracitados serão especificados no sítio eletrônico do Projeto Estruturador Saúde em Casa, disponível em http://www.saude.mg.gov.br/politicas_de_saude/programa-saude-emcasa, cabendo à SES/MG sua postagem na internet e inclusão de novos itens. Como legislação complementar, podemos citar: Deliberação CIB/SUS 1.931 de 20/02/13, Resolução SES 2.873 de 19/07/11, Resolução SES 1.935 de 08/07/19.

Verifica-se a correta aplicação de recursos do Programa Saúde em Casa, portanto não há que se falar em devolução de recursos. Para reforçar ainda mais essa afirmativa, segue também em anexo, cópia da prestação de contas do Programa Saúde em Casa, na qual o referido pagamento, foi mencionado e aprovado.

2- Por meio do Ofício nº 678/2019 de 24/10/2019, o sr. Wandilson Aparecido Bicego (representante legal da Pessoa

Jurídica) apresentou a seguinte justificativa: Embora tal fato não ocorreu durante o tempo em que estou nomeado como Secretário de Saúde, apresentam-se as seguintes informações: Não houve desvio de finalidade dos recursos do Programa Saúde em Casa. Lancetas são utilizadas para o controle da glicemia/diabetes, função característica da atenção primária. Tanto é que a Deliberação CIB/SUS 737 de 07/12/10 (em anexo), em conformidade com a Resolução SES 1.935 de, e com a Lista Orientativa dos itens que podem ser adquiridos com Saúde em Casa (cópia em anexo), orientam a aplicação dos recursos.

Vejam os que diz a Del. CI/SUS 737:

Art. 2º O apoio financeiro de que trata o art. 1º desta Deliberação deverá ser investido na melhoria da Atenção Primária à Saúde, objetivando universalizar a oferta para a população SUS dependente e aprimorar a qualidade dos serviços de Atenção Primária, com ênfase em promoção, prevenção e assistência à saúde da família.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Art. 3º O incentivo de que trata esta Deliberação deverá ser utilizado na aquisição dos seguintes itens para a atenção primária: I - material permanente; II - material de consumo; III - medicamentos básicos; IV - construção, reforma e/ou ampliação de Unidades Básicas de Saúde em imóvel público, desde que respeitando as normas da resolução vigente que dispõe sobre o Programa Físico das Unidades Básicas de Saúde; V - manutenção de equipamentos; VI - ações educacionais. § 1º Os itens supracitados serão especificados no sítio eletrônico do Projeto Estruturador Saúde em Casa, disponível em http://www.saude.mg.gov.br/politicas_de_saude/programa-saude-emcasa, cabendo à SES/MG sua postagem na internet e inclusão de novos itens.

Como legislação complementar, podemos citar: Deliberação CIB/SUS 1.931 de 20/02/13, Resolução SES 2.873 de 19/07/11, Resolução SES 1.935 de 08/07/19.

Verifica-se a correta aplicação de recursos do Programa Saúde em Casa, portanto não há que se falar em devolução de recursos. Para reforçar ainda mais essa afirmativa, segue também em anexo, cópia da prestação de contas do Programa Saúde em Casa, na qual o referido pagamento, foi mencionado e aprovado.

Caso ainda assim, o entendimento for pela devolução de recursos, que não seja destinada ao Fundo Estadual de Saúde, mas sim à conta do Programa Saúde em Casa, para aplicação na promoção, prevenção e assistência à saúde da família, no Fundo Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso.

Análise da Justificativa:

1 e 2 - As justificativas encaminhadas discorrem sobre a ausência de irregularidade no pagamento de lancetas com recursos do Programa Saúde em Casa. Importante ressaltar que essas mesmas lancetas não foram utilizadas exclusivamente nas Unidades Básicas de Saúde, pois a distribuição deste insumo foi destinada também para Ambulatório e Pronto Atendimento, conforme justificativas 1 e 2 da constatação nº 578039 deste relatório. Além disso, a legislação do Programa Estadual, vigente à época, não permitia a aquisição de insumos para as Unidades Básicas de Saúde. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado, medida corretiva de Ordem de Recolhimento

(devolução imediata com recurso do Tesouro Municipal) do valor original atualizado à conta corrente do FES nº 493.033-9, agência 1615-2 do Banco do Brasil, e subsequente comunicação do fato constatado ao Tribunal de

Contas do Estado de Minas Gerais em razão do disposto no art. 13 Parágrafo Único da Instrução Normativa TCE

nº19/2008 e § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993. A atualização deverá considerar o período compreendido entre a data do fato gerador (constante da Proposição de Devolução) até a data do efetivo recolhimento. A atualização monetária deverá ser feita pela taxa SELIC (aplicar juros), utilizando o índice constante do "Sistema de Débito" (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União TCU no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>). **Acatamento da Justificativa: Não**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ACAO SOCIAL DE SAO SEB PARAISO - FMS SAO SEBASTIAO DO PARAISO	15.595.397/0001-89

Grupo: Assistência Farmacêutica

Constatação Nº: 578046

Subgrupo: Assistência Farmacêutica Básica

Item: Armazenamento/Controle de estoques/Validade

Constatação: Controle adequado de recebimento das lancetas no almoxarifado da farmácia municipal em 2014.

**Evidência:**

Constatou-se que foi registrada a entrada de lancetas na Farmácia Básica municipal. De acordo com os relatórios emitidos pelo sistema de informações VIVER, no período de 01/01/2014 a 31/07/2017, quatro entradas de recebimento de lancetas foram registradas totalizando 980.000 unidades de lancetas, no valor de R\$0,305 a unidade e valor total R\$298.900,00 (duzentos e noventa e oito mil e novecentos reais), adquiridas pelo Pregão Presencial nº 033/2014. As lancetas adquiridas em 2014 pertencem aos lotes: S47H740F4 com validade em 31/04/2017 e S47H740E3 com validade em 31/07/2017. As



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



datas de validade dos lotes entregues se expiravam dois anos após a aquisição do produto. Tal fato está de acordo com PRC GM/MS nº2/2017 Anexo I do Anexo XXVII Política Nacional de Medicamentos item 3.3, 4.2 e 5.4 e o Manual

Assistência Farmacêutica na Atenção Básica: instruções técnicas para a sua organização/MS. 2ª edição, Brasília: Ministério da Saúde, 2006 item 5.4.1.1.

Fonte da Evidência: Termo de Informação da Farmacêutica L. P.L.C. colhido em 27/06/2019; Relatório de Quantidade de Produtos por Tipo de Entrada emitido pelo sistema VIVER em 27/06/2019; Ofício 017/17-FBM/UM/CENTRO de 24/01/2017 encaminhado aos municípios interessados em doações de lancetas; Ofício 013/17-FBM/UM/CENTRO de 24/01/2017.

Conformidade: Conforme

VI - PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO

1- Prejuízo: Não

1.1- Fundo de Origem: Estadual

1.1.1 - Devolução p/ o Fundo: Estadual

1.1.1.1 - Bloco de Financiamento: Convênio e Congêneres

Data Fato Gerador: 27/08/2014 **Devolução Nº:** 349187

Complemento do Bloco: Pagamento de lancetas com recurso do programa Saúde em Casa, agência 0408-1 do Banco do Brasil. **Constatação Nº:**

Documentos Comprobatórios: comprovante de transferência bancária de 17/11/2014; Nota Fiscal nº 24578045

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
Nota Fiscal	248925	Pagamento de lancetas com recursos do programa Saúde em Casa incompatível com a dotação prevista no Empenho.	61.000,00
Fundamento Legal: Resolução SES/MG nº 4215/2014, Capítulo II - Do processo de execução, art. 3º.			

Total da Data do Fato Gerador: 27/08/2014	61.000,00
Total do Bloco de Financiamento: Convênio e Congêneres	61.000,00
Total do Fundo p/ Devolução: Estadual	61.000,00
Total Fundo de Origem: Estadual	61.000,00
Total Prejuízo: Não	61.000,00
Total Geral:	61.000,00

VII - RESULTADO DA DENÚNCIA

Fato: Ausência de planejamento na aquisição de lancetas.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 80526



Fato: Irregularidades no procedimento licitatório para aquisição de lancetas, no exercício de 2014.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 80526

Fato: Superfaturamento e/ou sobrepreço na aquisição de lancetas, no exercício de 2014.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 80526

Fato: Ausência de controle adequado, com registro de recebimentos das lancetas, no almoxarifado da farmácia municipal.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Estocagem de Medicamentos

Demanda Nº: 80526

X - CONCLUSÃO

Resultado da denúncia

FATOS

1 - Ausência de planejamento na aquisição de lancetas.

Tipo: Gestão - Assistência

Demanda Nº: 80526

Resultado da Denúncia: Há evidências de ausência de planejamento na aquisição de lancetas, reconhecida nas justificativas e a farmacêutica não apresentou documentação comprobatória

Procede: Sim

2 - Irregularidades no procedimento licitatório para aquisição de lancetas, no exercício de 2014.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 80526

Resultado da Denúncia: Ficou comprovado que houve Irregularidades no procedimento licitatório para aquisição de lancetas, no exercício de 2014, por ausência de formalização de contrato.

Procede: sim

3 - Superfaturamento e/ou sobrepreço na aquisição de lancetas, no exercício de 2014.

Tipo: Recursos Financeiros - Utilização de Recursos SUS

Demanda Nº: 80526

Resultado da Denúncia: O município adquiriu lancetas com valor abaixo dos preços correntes do mercado.

Procede: não

4 - Ausência de controle adequado, com registro de recebimentos das lancetas, no almoxarifado da farmácia municipal.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Estocagem de Medicamentos

Demanda Nº: 80526

Resultado da Denúncia: Constatou-se que foi realizado o controle adequado de recebimento das lancetas no almoxarifado da farmácia municipal em 2014.

Procede: não

CONCLUSÃO



Conclui-se que há evidências de ausência de planejamento na aquisição de lancetas, reconhecida nas justificativas, sem a devida comprovação de que os cálculos realizados atenderiam à demanda do município. Verificou-se que houve controle adequado de recebimento das lancetas no almoxarifado da farmácia municipal em 2014. Da quantidade adquirida pelo município nesta data, houve distribuição de lancetas até o ano de 2017 e doação de 111.300 unidades de lancetas aos municípios vizinhos, sendo desprezadas, por perda de validade, 251.500 unidades de lancetas, sendo uma possível justificativa ao fato de ter ocorrido erro de digitação no momento do pedido. Ficou comprovado que houve irregularidades no procedimento licitatório para aquisição de lancetas, por ausência de formalização de contrato.

Esta aquisição foi realizada com valor abaixo dos preços correntes do mercado.

